

Texto originalmente extraído do site www.pnud.org.br



Notícias

Pequenas ações poderiam deter êxodo no Amazonas

Estudos feitos pelo IBAMA no Amazonas resultam em propostas para ações locais em prol do desenvolvimento das comunidades da várzea

MARÍLIA JUSTE
da PrimaPagina

A carência de itens básicos — como saúde, educação e títulos de posse da terra — está entre os motivos que mais levam moradores de pequenas comunidades em regiões de florestas a deixarem suas casas e engrossarem a periferia de cidades maiores. Para resolver essas questões é preciso intervenção direta das prefeituras, segundo pesquisadores do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) que realizaram uma série de estudos sobre as populações de áreas de várzea na Amazônia brasileira. Baseados nos resultados que obtiveram, eles vão apresentar, no próximo final de semana, sugestões aos governos municipais da região do chamado Médio Amazonas.

O seminário ocorre em Parintins, a partir da sexta-feira, e reúne representantes de cinco municípios da calha dos rios Solimões e Amazonas: Boa Vista do Ramos, Itacoatiara, Maués, Nhamundá e Silves. Os debates vão se basear nos resultados de sete estudos estratégicos feitos pelo ProVárzea/Ibama (Programa de Apoio ao Manejo dos Recursos Naturais da Várzea), que conta com o apoio do PNUD. Os trabalhos procuraram analisar tanto as comunidades da região e sua produção como a situação do meio ambiente. Também estarão presentes membros de organizações da sociedade civil, como sindicatos de trabalhadores, entidades patronais e colônias de pescadores, e representantes de órgãos dos governos estaduais e federal.

“Nesses estudos diagnósticos ficou muito claro que é preciso haver uma intervenção municipal nessas áreas”, afirma Maria Clara Silva Forsberg, gerente de Estudos Estratégicos do ProVárzea/Ibama. “Há quatro pontos fundamentais que precisam ser abordados em ações locais para evitar a emigração dessas pessoas da zona rural”, explica.

Os quatro pontos, segundo Maria Clara, podem parecer óbvios, mas não estão sendo implantados. O primeiro deles é assegurar que existam escolas que ofereçam

ensino até a oitava série nas zonas rurais e de várzea. Sem isso, as crianças precisam deixar suas cidades para completar os estudos, e muitas vezes acabam não voltando mais.

O segundo ponto é o acesso à saúde. Muitas das regiões mais isoladas da Amazônia não possuem agentes de saúde ou ambulatórios que estejam perto das comunidades. A falta de proximidade ao atendimento médico é um dos motivos que levam os moradores das áreas de várzea a se mudarem para outras cidades.

Em terceiro lugar, entre as ações que precisam ser feitas está o fortalecimento do sistema produtivo dessas populações. “A maioria das comunidades não encontra problemas na parte de produzir. No entanto, elas precisam de ajuda no escoamento e na comercialização de seus produtos”, explica Maria Clara. Outro problema em relação à produção é a infra-estrutura. “Muitas vezes tudo que é preciso é realizar uma pequena construção, nada muito grande. Mas elas não têm dinheiro para isso”, afirma.

A última das quatro sugestões é uma proposta de regularização fundiária para a região da várzea amazônica. A falta de registro legal de propriedade das terras muitas vezes facilita a ação de grileiros e acaba expulsando os moradores de suas regiões.

Além das sugestões acima, os pesquisadores também vão falar sobre a importância do cuidado com o meio ambiente. Segundo os estudos, todas as ações que forem tomadas pelo desenvolvimento local precisam levar em conta as especificidades da biodiversidade da região. Por exemplo, iniciativas com o setor pesqueiro não podem deixar de considerar o ciclo de desenvolvimento das espécies de peixes. Para facilitar essas ações, o ProVárzea/Ibama vai apresentar os mapas que fez nesses estudos de distribuição da biodiversidade. E para fortalecer a preocupação com o meio ambiente os pesquisadores sugerem mais atividades de educação e capacitação ambiental.

Os governos municipais não serão meros ouvintes das propostas. “Haverá total liberdade para os Estados e municípios trazerem as suas experiências para discussão”, afirma Maria Clara. Mauro Ruffino, coordenador do ProVárzea/Ibama, explica que após a exposição das sugestões serão montados grupos de trabalho. “Essas propostas vão precisar ser refinadas e adequadas à realidade de cada município”, adianta.

Ao final das discussões, cada um dos participantes do seminário vai receber um CD com os sete estudos e seus resultados. São eles: “Setor Pesqueiro: análise da situação atual e tendências do desenvolvimento da indústria da pesca”; “Bases para o manejo da pesca dos Grandes Bagres Migradores”; “Situação socioeconômica: diagnósticos dos tipos de assentamentos, demografia e atividades econômicas”; “Aspectos jurídicos e fundiários da utilização social, econômica e ambiental da várzea: análise da elaboração de modelos de gestão”; “Setor florestal: valorização, manejo, uso e conservação dos recursos florestais de várzea”; “Bases científicas para a conservação da várzea: identificação e caracterização de regiões biogeográficas”; e, ainda em fase de finalização, “Agricultura e Pecuária: diagnósticos e propostas para a melhoria do uso do solo na várzea”.

Outros dois seminários semelhantes estão programados para o Baixo Amazonas (em Santarém, no Pará, em 19 e 20 de agosto) e para o Alto e Médio Solimões (em

Tabatinga, no Amazonas, em 14 e 15 de setembro).

PNUD

PNUD